

Sociabilidades, espaço público e formação do povo em Minas Gerais no período regencial (1831-1840)

Sociabilities, public space and people formation in Minas Gerais during the Regent government (1831-1840)

Marcilaine Soares Inácio

Doutora em Educação
Universidade Federal de Minas Gerais
marcisoares@yahoo.com.br

Luciano Mendes de Faria Filho

Doutor em Educação
Universidade Federal de Minas Gerais
lucianomff@uol.com.br

Recebido em: 18/07/2019

Aprovado em: 01/09/2019

Resumo: O artigo sintetiza parte dos resultados de uma investigação sobre a relação entre política e educação em Minas Gerais, tomando como objeto as sociedades políticas, literárias e filantrópicas no período regencial (1831-1840). Essas associações multiplicaram-se, em todo o Brasil, durante as Regências. Para um grupo de políticos e letrados mineiros, membros do setor abastecedor, a instalação das Regências funcionou como uma estrutura de oportunidades políticas. Sua inserção no movimento associativo foi um espaço de aprendizado da arte de governar e de arregimentação de votos que lhes abriu espaço para a participação política e, conseqüentemente, para conduzirem o nascente Estado Nacional brasileiro na direção do liberalismo moderado. Para tanto, esses sujeitos se engajaram na criação e na manutenção de associações políticas, literárias e filantrópicas que se constituíram em espaços privilegiados de formulações de diagnósticos e de projetos individuais, mas também coletivos. Esses últimos entendidos como projetos político-culturais que tinham em vista a formação do povo.

Palavras-chave: Sociabilidades; espaço público; formação do povo.

Abstract: This article synthesizes part of the findings of an investigation on the relationship between politics and education in Minas Gerais State, which focused on the political, literary and philanthropic societies during the Regent times (1831 – 1840). Such associations emerged not only in Minas Gerais State but also all around Brazil. The establishment of the Regencies worked as the opening for political gains for a group of politicians and well-educated citizens involved with the supply sector. They capitalized from participating in such organizations both by mastering the art of governing and by amassing votes, which led them to effective political engagement and, consequently, conduct the budding Brazilian national state towards a form of moderate liberalism. Thus, these individuals industriously engaged themselves in both founding and sustaining such organizations which later on became privileged spaces for political prognosis,

for the creation of both individual and collective political projects. The latter understood as political-cultural projects with a view to educate to the people.

Keywords: Sociabilities; public space; people formation.

Na produção historiográfica brasileira os termos “período regencial” ou “Regências” referem-se ao tempo decorrido entre os anos de 1831 e 1840. Em 7 de abril de 1831, o Imperador Dom Pedro I renunciou ao trono do Império do Brasil em favor de seu filho Dom Pedro II, à época com 5 anos de idade. Essa renúncia, conhecida na historiografia como Abdicação, deu-se em meio a um complexo quadro de tensões, sobretudo políticas, que vinha se configurando desde que Dom Pedro I declarou a Independência do Brasil em relação a Portugal, em 7 de setembro de 1822. A abdicação do trono por Dom Pedro I é o acontecimento que assinala o início do período regencial.

No momento em que o imperador Dom Pedro I abdicou do poder em favor de seu filho, então herdeiro do trono brasileiro, Dom Pedro de Alcântara tinha apenas 5 anos de idade. A Constituição brasileira de 1824 (Capítulo V) previa, para esse caso, que o Império deveria ser governado por regentes, até que o herdeiro atingisse a maioridade (18 anos). Foi o que ocorreu até 23 de julho de 1840 quando o Senado declarou Dom Pedro II como capaz de ocupar o trono do Império Brasileiro, mesmo estando ele, à época, com 14 anos de idade. As manobras e as articulações políticas que resultaram na antecipação da maioridade de Dom Pedro II ficaram conhecidas como Golpe da Maioridade. A coroação de Dom Pedro II, decorrente da declaração de sua maioridade, é o marcador temporal que encerra esse período da história brasileira.

O período regencial, durante muito tempo, foi representado na historiografia brasileira como um momento turbulento e instável, marcado pelo caos, pela desordem, pela anarquia, dentre outros adjetivos que guardam uma relação de sinonímia com os citados. Atualmente, o interesse por essa fase da história do Brasil tem crescido e os trabalhos demonstram, ao contrário do que se pensava, que as Regências não podem ser definidas como um momento de indefinição e instabilidade política. Os anos decorridos entre a abdicação de Dom Pedro I e a declaração da maioridade de Dom Pedro II têm sido considerados como um momento crucial da construção

do Estado brasileiro, caracterizado pelos intensos debates/embates entre os diversos projetos¹ de construção do Estado e por lutas pela participação nas decisões políticas.

Nessa conjuntura, a criação de associações públicas e de uma rede de periódicos a elas vinculados se configurou como um projeto coletivo de formação do povo e foi uma das estratégias adotadas para auxiliar as autoridades públicas a manter a ordem e a tranquilidade ameaçada pelos embates políticos e pelas possibilidades de levantes populares. As associações e sua rede de periódicos constituíram-se em instrumentos-armas, mobilizadas tanto pelos liberais moderados, quanto exaltados e restauradores, para a luta política e ideológica que se travou naqueles anos de regência, sobretudo na fase liberal (1831-1834).

O presente artigo tem por objetivo apresentar, de forma sintética, parte dos resultados de uma pesquisa sobre a relação entre política e educação em Minas Gerais, tomando como objeto de investigação as sociedades políticas, literárias e filantrópicas no período regencial (1831-1840). Para tanto, primeiramente, discutimos como as formas e os espaços de sociabilidades formais, novas e tradicionais, entrelaçaram-se na tessitura de um espaço público híbrido e na configuração de uma esfera pública de poder em Minas Gerais. A partir do conceito de projeto (VELHO, 1997) e do conceito de sociabilidade, entendida como microclima e rede organizacional (SIRINELLI, 2003), buscamos demonstrar que as associações políticas mineiras se constituíram como espaços de elaboração e execução de projetos individuais e coletivos. Em seguida, abordamos a expansão do movimento associativo mineiro, relacionando-o à Abdicação de Dom Pedro I. Também analisamos o léxico e a linguagem política, mobilizados como instrumentos-armas, nos debates promovidos no espaço público pelos sujeitos envolvidos com as associações. Na terceira parte do texto, por meio de analogias, explicitamos que a associação foi um importante microcosmo de aprendizado político e de experiência com as dinâmicas de funcionamento do Estado, bem como se constituiu como estratégia de arregimentação de votos para um pequeno grupo de políticos e letrados oriundos do setor abastecedor mineiro. Por fim, argumentamos no sentido de demonstrar que o associativismo mineiro se configurou como o que

¹ Basile (2006b) assinala a existência de três projetos políticos de Estado postos em ação, sobretudo, por meio da imprensa periódica, durante as Regências. Grosso modo, o projeto de Brasil Moderado manifesto na defesa da divisão de poderes entre o rei e os representantes do povo (parlamento). O projeto de Brasil Exaltado elaborado pelos adeptos do Liberalismo Radical, vertente que, na linha jacobinista, procurava conjugar os princípios do liberalismo clássico com os ideais democráticos sem, no entanto, abrir mão de práticas autoritárias. É o projeto de Brasil Caramuru. Os caramurus ou restaurados eram adeptos de uma terceira vertente do liberalismo, de matriz conservadora, que adotava postulados do liberalismo clássico como o constitucionalismo, a divisão dos poderes, representação, direitos de cidadania, sem prescindir de um Estado forte e reticente a reformas.

se pode chamar de projetos coletivos de formação do povo ou projetos político-culturais. Tais projetos, entendidos como educativos, têm um caráter multidimensional. Se, por um lado, a dimensão política deixa-se notar pelo esforço de difusão da cultura política liberal, por outro, a dimensão cultural pode ser observada no empenho em levar as Luzes do saber a quem não as possuía.

Sociabilidades intelectuais na tessitura dos espaços públicos no período regencial: nuances e análises possíveis

Em Minas Gerais, o período regencial, comparado aos momentos históricos imediatamente anterior e posterior, foi fecundo para o desenvolvimento das associações tanto na pluralidade das formas, quanto na quantidade. Assim a maçonaria, as sociedades literárias, as científicas, as filantrópicas e as políticas, secretas e públicas, se multiplicaram em todo o Brasil. Contudo, os agrupamentos religiosos (irmandades, confrarias, arquiconfrarias, ordens terceiras e misericórdias), típicos do Brasil Colonial, permaneceram na cena pública durante todo o século XIX. Ainda que enfraquecidas, em relação ao vigor do século anterior, essas últimas permaneceram como importante espaço de sociabilidade e se imbricaram com as novas sociabilidades características da configuração de uma esfera pública de poder, bem como da modernidade política.

Observando-se as sociabilidades na longa duração, é possível perceber que no período regencial há o predomínio das sociabilidades políticas. A proliferação dos espaços de sociabilidades que tendiam à maior laicização (BOSCHI, 2007, p. 75), dentre os quais podemos apontar as associações mineiras do período regencial, pode ser localizada no bojo de dois fenômenos complementares, porém distintos: a difusão do Iluminismo e a configuração de uma esfera pública de poder. Tal esfera “compõe-se de forças que pretendiam influenciar as decisões do poder estatal apelando para um público pensante a fim de legitimar reivindicações ante esse novo fórum” (HABERMAS, 2005, p. 78).

Essas novas formas de sociabilidades possuem contornos específicos e relacioná-las à difusão do Iluminismo e à configuração de uma esfera pública de poder, nos termos definidos por Habermas (2005), implica gerar uma diferenciação entre o princípio que orienta as novas sociabilidades e o princípio que orienta as sociabilidades tradicionais. A formação das últimas se orienta, principalmente, pela prática da caridade; a das primeiras, pela filantropia.

Os adjetivos – novas e tradicionais –, no entanto, não são suficientes para darmos conta das peculiaridades que as novas formas de sociabilidade comportam. Um caminho viável para pensar tais peculiaridades consiste em recorrer à tipologia das formas de sociabilidades formais, elaborada por Morel (2005). Segundo o historiador, as sociedades políticas podem ser definidas como aquelas que se constituem com o objetivo explícito de pressão direta ou de intervenção na cena pública (MOREL, 2005, p. 222). Nas análises empreendidas pelo pesquisador, a expressão “cena pública” parece manter uma relação de sinonímia com o conceito de esfera pública de poder elaborado por Habermas (2005).

Considerando que tal esfera pública de poder “compõe-se de forças que pretendiam influenciar as decisões do poder estatal”, por meio da mobilização de um público pensante, todas as formas de sociabilidade modernas (maçonaria, sociedades literárias, científicas, filantrópicas, pedagógicas entre outras) podem ser consideradas políticas, visto que são instituições da esfera pública. Assim, as associações criadas em Minas no período regencial consistiam-se “[num]a esfera das pessoas privadas reunidas em um público”. O intuito era constituir-se como uma força capaz de influenciar as decisões do poder estatal conduzindo o nascente Estado brasileiro, objeto de disputa naquele momento histórico, na direção desejada pelos liberais moderados, pelos liberais exaltados ou pelos conservadores. Assim, podemos afirmar que as associações mineiras do período regencial são associações políticas.

Contudo, elas também se constituíram em espaços privilegiados de formulações diagnósticas e de projetos individuais e coletivos para o Estado Nacional. Cabe-nos perguntar de que modo as referências, os repertórios e as sensibilidades dos sujeitos, bem como as condições políticas, econômicas e culturais, se entrelaçaram, se condicionaram e foram ressignificadas na elaboração desses projetos individuais e coletivos, esses últimos entendidos como projetos político-culturais, delineados num espaço de sociabilidades específico: as associações mineiras do período regencial.

Destaque-se que aqui operamos com o termo “projeto” no sentido que lhe confere Gilberto Velho (1997), ou seja, entendido como conjunto de ideias elaborado e construído a partir de experiências socioculturais, de um código de vivências e de interações interpretadas. Tem-se um projeto quando há ação com algum objetivo predeterminado. Sua formulação ocorre em um campo de possibilidades circunscrito, histórica e culturalmente, tanto no plano individual como no coletivo, por temas, prioridades e paradigmas culturais. A possibilidade de comunicação é condição para sua existência. Sua verbalização, por meio de um discurso, permite acessá-lo e

colher informações mais precisas sobre ele. Nesse movimento de comunicação, devemos atentar para a reflexão e para a explicação que o sujeito faz sobre sua ação e conduta antes, durante ou depois que age (VELHO, 1997, p. 23-29).

A ideia de que as associações políticas mineiras se constituíram como espaços de elaboração e execução de projetos individuais e coletivos pode ser complementada pelas reflexões de Sirinelli (2003). Segundo o historiador, todo grupo de intelectuais, no nosso caso os políticos e os letrados envolvidos no movimento associativo mineiro, organiza-se a partir de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum de afinidades que alimentam o desejo e o gosto de conviver (SIRINELLI, 2003, p. 248). Essa acepção, que podemos chamar de microclima, é uma das acepções que, segundo o pesquisador, o termo sociabilidade comporta. O segundo significado, complementar ao primeiro, é o de rede organizacional.

A ideia de rede organizacional remete-nos aos espaços de sociabilidades ocupados e percorridos, concomitantemente ou alternadamente, pelos políticos e letrados mineiros tais como as câmaras municipais, o Conselho Geral da Província e os jornais, entre outros, considerados como lugares de “fermentação intelectual e de estabelecimento de relações afetivas” (SIRINELLI, 2003, p.249) que produziram, entre outros efeitos, o engajamento desses sujeitos no movimento associativo das regências.

Movimento associativo das Regências: multiplicidade, léxico e linguagem política no espaço público.

Wernet (1978) e Guimarães (1990) apontam as agitações que antecederam a Abdicação de Dom Pedro I como desencadeadores do movimento associativo verificado no período regencial. Dentre outras agitações, a mais marcante, nesse momento histórico, é conhecida como Noite das Garrafadas e data de 13 de março de 1831. Os defensores de Dom Pedro I e seus opositores, armados com garrafas de vidro e pedaços de pau, entraram em luta nas ruas do Rio de Janeiro. O conflito foi marcado por agressões e por trocas de insultos e provocações. De acordo com Wernet (1978, p. 24), logo que as notícias do acontecimento ocorrido no Rio de Janeiro chegaram a São Paulo, foram pensadas várias ações para fazer frente às ofensas à liberdade e à independência do Brasil, assim como à honra dos brasileiros. Dentre elas, a criação da Sociedade dos Defensores da Liberdade e da Independência Nacional foi considerada a mais eficaz.

Conforme Guimarães (1990), estimulado pela iniciativa dos paulistas e, ciente da necessidade de preservação da ordem, da fragilidade do governo estabelecido com a instalação da

Regência, bem como da criação de mecanismos políticos e sociais que pudessem sustentá-lo, o jornalista e político Borges da Fonseca, um liberal exaltado, viu com entusiasmo a instalação de um grêmio patriótico, criado nos moldes da Sociedade dos Defensores de São Paulo, cujas virtudes, em contraposição às sociedades secretas, lhe pareciam adequadas ao contexto histórico. Assim, foi fundada, em 10 de maio de 1831, a Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, no Rio de Janeiro. Em seguida, a agremiação começou a ser organizada nacionalmente e espalhou-se de forma rápida por todo o Brasil, chegando a liderar uma rede de 89 associações congêneres, que se concentravam, principalmente, nas províncias do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais (GUIMARÃES, 1990).

Em Minas Gerais, como em São Paulo e no Rio de Janeiro, o clima de agitação que sucedeu a Abdicação (7 de abril de 1831) foi elemento propulsor do movimento associativo. O surto associativo verificado em Minas nos primeiros anos das Regências deve-se, em boa parte, à criação de filiais da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro. Contudo, diferentemente das províncias vizinhas, parecem ter sido as agitações que antecederam o episódio da Abdicação as responsáveis por detonar o movimento em Minas.

No dia 27 de março de 1831, foi instituída, na capital da província mineira, Ouro Preto, a Sociedade Promotora da Instrução Pública por um grupo de políticos e letrados de destaque no âmbito municipal, provincial e imperial. A partir da instituição da Promotora em Ouro Preto e, sob o impulso da Defensora do Rio de Janeiro, as associações espalharam-se por toda a província mineira. Ao longo da pesquisa, foi possível identificar 38 associações instituídas entre 1831 e 1840. A fase liberal das regências coincide com a explosão do movimento associativo; já a fase conservadora, caracteriza-se por um arrefecimento do associativismo.

Guimarães (1990, p. 272-273) informa que Minas possuía 28 filiais da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Contudo, as fontes documentais consultadas, nos permitem dizer que elas chegaram a um total de 33. Além dessas, outras seis sociedades se denominavam defensoras, mas não da liberdade e Independência, quais sejam: Sociedade Defensora e Promotora dos Direitos do Cidadão (Paracatu); Sociedade Defensora Campanhense² (Campanha); Sociedade Curvelana Defensora da Legalidade (Curvelo); Sociedade Juvenil Defensora da Constituição e Liberdade (Patafufu); Sociedade Reformista Defensora da

² É possível que essa seja a filial campanhense da Defensora do Rio, que foi designada dessa forma para abreviar o nome, mas também pode ser outra agremiação criada naquela vila.

Constituição e Liberdade Nacional (Mateus Leme); e Sociedade Defensora do Throno e da Constituição (Ouro Preto).

Entre as 38, 6 são promotoras: a Promotora da Instrução Publica de Ouro Preto, à qual aludimos acima, e outra de mesmo nome, criada em Gouveia; a Sociedade Promotora do Bem Público da Vila do Príncipe (Serro) e a de Cabo Verde; a também Promotora da Instrução Pública e Pacificadora do Centro (Formiga); e a Sociedade Promotora da União e Defensora do Centro (Januária). Quatro delas se autodenominaram filantrópicas: a Sociedade Philantropica de Campanha e a Sociedade Philantropica de Itabira do Mato Dentro; a Sociedade Philantropica, Anti-Restauradora, Amante da Lei, Liberdade e Independência Nacional de Santa Quitéria e a Sociedade Philantropica Muzical de Campo Belo.

Houve, também, a Sociedade dos Amigos da Beneficência (Diamantina); a Sociedade dos Amigos da Beneficência e Opositora da Ilegalidade (São Romão); a Sociedade Patriótica Marianense (Mariana); a Sociedade Pacificadora, Philantropica e Defensora da Liberdade e Constituição (Sabará); a Sociedade Cultora da Religião e Sustentadora da Lei e Liberdade (Congonhas do Sabará); a Sociedade Betinense Anti-Restauradora e Defensora da Liberdade (Betim); a Sociedade Sustentadora do Governo Legal do Senr. Dom Pedro Segundo (São Gonçalo); e a Sociedade Provincial Mineira (Barbacena).

Enumerar tantos nomes pode tornar a leitura desse texto enfadonha, entretanto, tal procedimento nos parece profícuo uma vez que nos permite repertoriar e analisar as palavras a que recorrem os sujeitos para nomear as associações por eles instituídas ou às quais eles aderiram. Isso nos conduz, de forma mais específica, à organização do léxico relacionado ao movimento associativo mineiro e, de modo mais amplo, adentrar a linguagem política que, naquele tempo, tornou-se instrumento de debate público que teve lugar nos jornais, na tribuna e no púlpito.

Tal operação nos remete, em alguma medida, aos modos como as referências, os repertórios e as sensibilidades dos sujeitos se entrelaçaram e foram ressignificadas pelas condições políticas, econômicas e culturais. Identificar as sensibilidades, as referências e os repertórios com os quais os intelectuais e políticos operam nas suas práticas discursivas e definir suas linhas de ações significa reunir os fragmentos dos projetos, individuais e coletivos, elaborados e dar-lhes certa inteligibilidade.

Além disso, com relação às designações das sociedades, é interessante notar que elas nos permitem adentrar o universo conceitual e as formas estilísticas com as quais os sujeitos

operavam naquele momento. E, nesse aspecto, elas nos oferecem fragmentos da experiência social daqueles que se engajaram no movimento associativo nas Regências.

Em tempos de intensa luta política, como foram os das Regências, para aqueles homens, em grande medida, a liberdade, a independência, a Constituição, os direitos do cidadão, o trono e a legalidade estavam ameaçados. O uso intenso dos substantivos, como defensora, promotora, sustentadora, cultora, acompanhados de outros, como constituição e trono, acabou produzindo nomes fortes para as agremiações.

Naquele momento de embates sobre qual seria o melhor arranjo institucional para o Estado brasileiro, sobre qual deveria ser o grau de centralização e de autonomia, o temor em relação à atuação das forças centrífugas que poderia levar ao esfacelamento do Império, uma Sociedade Promotora da União e Defensora do Centro (1832) demonstrava a urgência e a necessidade de fazer frente à ameaça e trabalhar em prol da centralização.

A Sociedade Pacificadora, Philantropica e Defensora da Liberdade e Constituição (Sabará- 1831) poderia não só aplacar os ânimos exaltados pela “guerra” que culminou na Abdicação, mas também defender o que já foi conquistado, ou seja, a liberdade e a independência. A presença da palavra filantropia nos deixa entrever a natureza secular do princípio que orientava as ações dos sujeitos. O mesmo vale para a beneficência, que parece pertencer ao mesmo campo semântico.

A filantropia e a beneficência, ambas tocadas pelo espírito das Luzes, denota o movimento daqueles que podiam ajudar os que eram considerados despossuídos. Os políticos e os letrados congregados nas sociedades filantrópicas, de Sabará, Campanha e Itabira do Mato Dentro, e nas dos amigos da beneficência, de Diamantina e São Romão, intentam partilhar, em certa medida, os bens materiais ou simbólicos de que eram detentores.

Na trilha da filantropia e da beneficência, a difusão de bens simbólicos, como o “tesouro de conhecimentos úteis ao lavrador, ao negociante, ao militar, ao médico, ao artista e a todos industriais” parece ter sido a referência para as sociedades promotoras da instrução pública, que esperavam contribuir para o “desaparecimento desse monopólio, que a classe abastada exerce sobre à que falecem os meios de haver a necessária instrução”³ (O UNIVERSAL, n. 576, 1831).

³ Os trechos entre aspas foram retirados do discurso proferido por Francisco de Paula Santos na festa de inauguração da Biblioteca Pública de Ouro Preto, que se estabeleceu, em 1831, sob os auspícios da Sociedade Promotora da Instrução Pública daquela mesma localidade (O UNIVERSAL, n. 576, 1831).

É interessante notar a coexistência de sociedades filantrópicas e beneficentes com outras, como a Sociedade Cultora da Religião e Sustentadora da Lei e Liberdade. Tal fato pode parecer contraditório, como parece contraditória também a intenção de sustentar valores de naturezas distintas como são a religião, por um lado, e a lei e a liberdade, por outro. Contudo, tal impressão não permanece se nos atentarmos para uma observação de Ângela Alonso (ALONSO, 2002, p. 40), segundo a qual o arranjo dos elementos que compõem o repertório, é histórico e prático, não importando sua consistência teórica.

Para efeito de análise, há que se considerar, ainda, o importante lugar da religião, não somente na sociedade mineira, mas também na brasileira, e ainda sua importância como elemento de manutenção da ordem social tanto no universo da tradição quanto na produção de teóricos, como Montesquieu, cujas formulações foram intensamente apropriadas pelos políticos e letrados mineiros na primeira metade do século XIX.

A nomenclatura, como estratégia para construir o sentido do movimento associativo, é algo muito importante. Tal importância não deixou de ser percebida pelos partícipes do associativismo mineiro. Com relação a isso, vale apresentar um trecho do editorial sobre a sociedade secreta União e Lealdade que foi redigido por José Alcebíades Carneiro, membro da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, publicado no jornal *O Mentor das Brasileiras*, editado em São João del Rei, e transcrito por *O Universal*.

União e Lealdade

Tal é a denominação de uma sociedade secreta, que agora acaba de apparecer [...] De que lhe serve o nome de União se ella procurar desunir do centro commum uma porção de individuos? Para que o nome de Lealdade se ella perjura quando exclue o Art. 174 que forma uma parte essencial da Constituição. Antes ella se chamasse Sociedade da-Desunião e Infidelidade – este titulo melhor lhe convinha segundo os fins a que se propõem, que é semear a discórdia entre o povo, promover a intriga, e dar lugar a uma guerra intestina [...] (O UNIVERSAL, n. 583, 1831).

O assunto em questão no editorial era a reforma da Constituição outorgada em 1824, defendida pelo grupo dos liberais, do qual Alcebíades fazia parte, e rechaçada pelos restauradores, que se congregavam na sociedade União e Lealdade. Ao bater-se contra o grupo adversário, Alcebíades, argutamente, recorreu à nomenclatura escolhida para desqualificar a agremiação, acusando-a “tanto de opor-se à ordem social, visto que jogava o povo contra as autoridades constituídas, quanto de ser criminosa, pois que, segundo o Novo Código, as sociedades secretas estavam proibidas” (O UNIVERSAL, n. 583, 1831). Diante disso, é interessante notar a

importância do léxico na construção do sentido das associações públicas empreendida pelos liberais mineiros.

Associações: espaço de aprendizado político e estratégias de ascensão política

Uma característica interessante do período regencial salientada por Lenharo (1979) é a ascensão social dos produtores mineiros, que atingiu seu cume nos primeiros anos da Regência, quando eles alcançaram significativo destaque no cenário político. Após cotejarmos os nomes citados pelo referido autor com os dos sujeitos envolvidos com o movimento associativo das Regências, encontramos nomes coincidentes, como José Bento Ferreira de Mello, Evaristo Ferreira da Veiga, Bernardo Jacinto da Veiga, Bernardo Pereira de Vasconcellos e Antônio Paulino Limpo de Abreu.

A hegemonia política alcançada pelo grupo da década de 1830 foi sendo forjada aos poucos. Contudo, foi “a deposição [Abdicação] do imperador [que] abalou o poder concentrado do Estado imperial, *abrindo espaço para a projeção do setor abastecedor da classe proprietária que passou a ser co-responsável pela administração regencial*” (LENHARO, 1979, p. 122). Essa assertiva, em especial o trecho destacado, leva-nos a concluir que a Regência funcionou para aquele grupo como uma estrutura de oportunidades políticas, nos termos postos por Ângela Alonso, que se constituem como “dimensões consistentes, mas não formais e permanentes, do ambiente político que fornece incentivo para as pessoas se engajarem em ações coletivas, por afetarem suas expectativas de sucesso ou de fracasso (ALONSO, 2002, p. 42).

Tais reflexões nos permitem pensar que a abdicação de Dom Pedro I e, conseqüentemente, a instalação das Regências, constitui-se como uma estrutura de oportunidades políticas para um grupo de produtores mineiros, que, nesse trabalho, denominamos políticos e letrados mineiros. Tais estruturas são propícias à criação de associações públicas, entendidas como movimento social que, por sua vez, são uma forma de expressar demandas específicas do grupo com elas envolvidas.

É interessante notar que a projeção dos sujeitos ligados ao setor abastecedor coincide com a multiplicação das associações. Diante disso, a noção de estrutura de oportunidades políticas viabiliza a abordagem do movimento associativo das Regências como um movimento intelectual e social. Aprender esse movimento em sua complexidade significa dar inteligibilidade aos elementos aos quais ele recorreu para compreender a situação que vivenciava e para definir as linhas de ação mais eficazes.

Assim, a Regência funcionou como estrutura de oportunidades políticas para membros do setor abastecedor mineiro e as associações foram, para esses sujeitos, espaço de aprendizagem da arte de governar. “Foi em realidade outro Estado no Estado”. Com essas palavras, José Inácio de Abreu e Lima, referiu-se à Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro (LIMA, 1882, p. 271). Tal ponto de vista é corroborado por Wernet (1978, p. 32) quando afirma, em relação à Sociedade dos Defensores da Liberdade e da Independência de São Paulo, que sua organização se assemelhou à do Estado.

Tais declarações, separadas por mais de um século, são interessantes, uma vez que nos instigam a interrogar as regras de funcionamento das associações, que, segundo Jean-Pierre Rioux (2003), é um dos caminhos para compreendê-las. Diante do exposto, podemos adentrar a dinâmica de funcionamento das associações e explicitar os aprendizados políticos ali viabilizados por meio de uma analogia entre as regras de funcionamento das associações e do Estado.

Entendemos os estatutos das associações como uma carta de intenções e/ou um guia para as ações dos políticos e letrados nelas reunidos. A elaboração do estatuto é o que demarca a existência formal da agremiação. Ele é também a identidade da sociedade e a expressão dos projetos político-culturais formulados nesse espaço de sociabilidade. Operando por analogia, podemos dizer que o estatuto está para a associação como a Constituição está para o Estado.

Ao longo da pesquisa, foi possível reunir os estatutos de três sociedades mineiras: da Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto (O UNIVERSAL, n. 634, 1831), da Sociedade Pacificadora, Philantrópica, Defensora da Liberdade e Constituição de Sabará (SP PP 1/7, cx 01, pac.03) e da Sociedade Philantrópica de Campanha SP PP 1/7, cx 01, pac.05). O nível de detalhamento desses documentos é bastante variado.

O da Sociedade Promotora de Ouro Preto é o mais minucioso, mas em todos constam a denominação da sociedade, os fins a que se destinam e as regras do funcionamento interno. No movimento de organização interna das associações, podemos apreender o próprio processo de elaboração e aprovação dos estatutos como algo complexo e similar à elaboração da Carta Magna do Estado, ou de outros códigos legais. Isso é o que denota o processo de elaboração dos estatutos da Promotora de Ouro Preto [(SP PP 1/42, cx.01, pac. 41) (O UNIVERSAL, n. 789, 1832)].

Há muitas coincidências entre o funcionamento das associações e as dinâmicas do Estado que não se restringem à elaboração do estatuto pelos sócios de forma análoga à aprovação de

códigos legais pelos membros do Poder Legislativo. Os elementos básicos em que se apoiava o funcionamento do Estado e da associação, bem como o trâmite das decisões tomadas no âmbito de cada um, são coincidentes. Com relação ao processo decisório, percebemos, por meio da leitura das atas de reuniões da Promotora, que este se dava de modo muito parecido, senão idêntico, ao modo como ocorria nas instâncias do poder legislativo, no âmbito do Estado. As atas de reuniões da associação (Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública) têm o mesmo formato composicional das atas das reuniões do Conselho Geral da Província, publicadas em *O Universal*.

As similaridades entre o funcionamento do Estado e das associações foram argutamente percebidas por Wernet (1978, p. 32), que, ao referir-se à Sociedade dos Defensores da Liberdade e Independência Nacional, afirmou que “Os sócios seriam o povo com direito de voto, o conselho deliberativo seria o parlamento, do qual se forma o governo da Sociedade formado pelo presidente, vice-presidente, secretário tesoureiro agentes e delegados”. Os três elementos referem-se aos três princípios constitucionais que regeram o funcionamento do Estado brasileiro: o regime eleitoral (censitário), o princípio da representatividade e a forma de governo.

Entre os membros das agremiações havia políticos experimentados, como Manoel Ignacio de Mello e Souza, que iniciou sua trajetória política ainda na primeira década do século XIX, quando era membro da Câmara Municipal de Mariana. Contudo, havia outros, como Herculano Ferreira Pena, que, até se engajarem no movimento associativo, não haviam ocupado cargo algum do Legislativo ou do Executivo no âmbito local, provincial ou imperial.

Parece-nos que, tanto para sujeitos relativamente experimentados, como Mello e Souza, ou inexperientes, como Herculano, esse espaço de sociabilidade específico que é a associação, foi um importante microcosmo de aprendizado político e de experiência com as dinâmicas de funcionamento do Estado. Ou seja, a associação lhes possibilitou o aprendizado da arte de governar. Um indício disso é a projeção, tanto no âmbito provincial quanto imperial, alcançada por praticamente todos os políticos e letrados que foram membros de associações na década de 1830. Desse ponto de vista, o projeto individual, ou seja, a projeção política dos sujeitos oriundos do setor abastecedor mineiro foi executado a contento.

Desse modo, o aprendizado político, que se deu no âmbito das associações, somado à utilização das associações como estratégia eleitoral, interferiu sobremaneira para que o grupo liberal moderado imprimisse ao Estado brasileiro, na década de 1830, a direção desejada. Dessa

forma, os dois fatores somaram-se e garantiram o triunfo, mesmo que provisório, do projeto liberal moderado de Brasil.

O projeto educativo das associações: a formação do povo para o projeto liberal moderado de Brasil

A arregimentação de votos e o aprendizado político, viabilizado pela participação no movimento associativo, sozinhos não asseguraram a vitória do projeto de Brasil moderado. Um projeto coletivo de formação do povo, que vinha sendo posto em prática desde o início da década de 1820, e que, no âmbito das associações do período regencial, assumiu contornos nítidos de projetos político-culturais, ou de projetos educativos. A elaboração desse projeto de formação, tanto quanto sua execução, tinha como um de seus objetivos a construção de um consenso com relação ao caminho a ser seguido na construção do Estado e da Nação brasileira, qual seja, o do liberalismo moderado.

Em Minas Gerais tal projeto de formação do povo assumiu contornos específicos que deram certas nuances ao associativismo mineiro. Os objetivos das associações, como estão previstos nos estatutos, nos permitem acessar parcialmente tais projetos, que são multifacetados. Isso porque eles comportam uma dimensão política, visto que as sociedades e os seus jornais foram mobilizados pelos grupos que disputavam o poder como importantes instrumentos/armas de luta, cuja eficácia pode ser percebida, sobretudo, pelo doutrinamento político que promoveram por meio da difusão da cultura política liberal. Entretanto, não se reduzem a isso.

As associações mineiras do período regencial possuem caráter multidimensional, que pode ser apreendido, inicialmente, pela identificação dos fins a que elas se destinavam. Os objetivos das agremiações constituíam um item fundamental dos seus estatutos. A Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional de São João del Rei tinha como principal finalidade:

Sustentar por todos os meios legais, a liberdade e Independência Nacional:

1º Desenvolvendo o auxílio da ação das autoridades públicas todas as vezes, que se faça preciso a bem da ordem e tranqüilidade pública.

2º Usando do direito de petição para as medidas, que não estiverem ao seu alcance, e ainda quando se julguem indispensáveis medidas maiores, reclamando as somente pelos meios legais (ESTATUTO da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional de São João del Rei -1832 *apud* CAMPOS, 1998, p. 156-157).

Como se pode notar, a finalidade da Defensora de São João del Rei, análoga à da matriz da agremiação, sediada no Rio de Janeiro, e à da Sociedade dos Defensores, de São Paulo, é definida no artigo 10 de seus estatutos: auxiliar as autoridades na manutenção da ordem e da tranquilidade pública. Necessidade premente nos primeiros anos das Regências.

Diante disso, podemos dizer, grosso modo, que o movimento associativo mineiro não se distingue daquele verificado nas províncias vizinhas. Contudo, ele adquire nuances próprias quando identificamos, por exemplo, os fins da Sociedade Pacificadora, Philantropica, e Defensora da Liberdade e Constituição de Sabará:

Art. 14º Os fins da Sociedade são:

§ 1º Promover estabelecimentos de caridade, e Instrução Publica.

§ 2º Velar sobre a economia interior destes, e da Sociedade.

§ 3º Coadjurar a Segurança Nacional, e individual por conselhos, persuazoens, e representaçoens as Authoridades, ao Poder Executivo, e Legislativo, e pelas armas nas oscilaçoens Políticas, insurreição intestina, e invasão inimiga (SP PP 1/7, cx. 01, pac. 03).

O conteúdo do §3º do citado artigo é bastante similar ao dos artigos que definem os objetivos da Defensora do Rio, de São João del Rei e da Sociedade dos Defensores de São Paulo, com uma diferença: a Pacificadora, contrariamente ao que sugere esse primeiro termo de seu nome, propunha-se a pegar nas armas, se preciso fosse, para “Coadjurar a Segurança Nacional”.

Outra nuance do associativismo mineiro pode ser identificada nos parágrafos antecedentes ao citado. A proposta de promover e sustentar financeiramente os estabelecimentos de caridade e de instrução pública nos permite notar a imbricação do princípio da caridade, assentado em valores religiosos, expressos pela doação material e espiritual, com o da filantropia, caracterizada pela laicização do mandamento do amor ao próximo, banhada no caldo de cultura das Luzes, que tinha na instrução pública uma de suas vias de realização. Desse modo, os fins da Pacificadora dão a ver uma mescla de elementos e valores laicos e religiosos, por abarcar as dimensões política, caritativa e filantrópica.

Ao contrário dos sabarenses, os campanhenses não somente deixaram de inspirar-se em valores, elementos e princípios religiosos, como, no âmbito dos seculares, separaram de forma quase didática a dimensão política da filantrópica. Isso porque os sujeitos envolvidos com o movimento associativo em Campanha criaram, a um só tempo, uma sucursal da Defensora do Rio e uma Sociedade Philantrópica. Os fins da primeira são idênticos aos da Defensora de São João del Rei. Quanto à segunda, eles são os seguintes:

1º Adiantar a instrução do Paiz por meio de estabelecimento de aulas, emissão gratuita de periódicos e por todos os outros, que para o futuro estiverem ao alcance da Sociedade.

2º Socorrer a miséria e a indigência (Fins da sociedade, artigo 1; SP PP 1/7, cx 01, pac. 05).

O objetivo definido no artigo 1º é expressão da dimensão pedagógica da Philantrópica e aquele definido no artigo 2º expressa a dimensão beneficente, ambas definidas com base no princípio da filantropia. Segundo Falcon (1986, p. 76), “beneficência significa fazer bem aos outros. É um dever dos favorecidos por Deus contribuir para aliviar a miséria dos desfavorecidos”. Para os filantropos campanhenses, a beneficência consubstanciou-se em alimentar os presos pobres da vila (SP PP1/7, cx. 02, pac. 20).

A pedagogia, vetor de difusão das Luzes, portanto, elemento-chave do progresso da razão, tem na difusão das instituições educacionais uma de suas formas de realização (FALCON, 1986, p. 62-64) que se concretizaria pelo estabelecimento de aulas e pela distribuição gratuita de jornais. Da distribuição de periódicos não temos notícia. Quanto à expansão da instrução, a Sociedade elaborou um plano que previa o estabelecimento de aulas de Latim e Francês e a Instrução Feminina, visto que às mulheres era confiada a primeira educação (VALADÃO, 1942, p. 44).

Essa dimensão pedagógica, identificada na Philantropica de Campanha e na Pacificadora de Sabará, esteve presente na Promotora de Ouro Preto, mas adquiriu contornos mais amplos, o que nos permite falar em dimensão cultural e não apenas pedagógica. Vejamos abaixo.

Art.7. Esta Sociedade se encarrega:

1º De ter huma Biblioteca Publica, na qual poderão ler gratuitamente todas as pessoas, que quizerem, huma vez que guardem as regras policiaes estabelecidas pela Administração. A Biblioteca estará aberta todos os dias cinco horas pelo menos.

2º De promover o augmento da Biblioteca, e de quanto possa contribuir para a difusão das luzes, e consolidação da Monarchia Hereditária – Constitucional – Representativa.

3º De fazer publicar um Jornal denominado = Jornal da Sociedade Promotora da Instrucção Publica =, que contenha noticias verídicas de todas as Províncias do Império, e principalmente o estado, e progresso da Instrucção Publica de Minas, as Estrangeiras, e as doutrinas mais adaptadas á conservação da Monarchia Constitucional (SP PP 1/42, cx. 01, pac. 41. O UNIVERSAL, n. 634, 1831).

Como se pode notar, a dimensão política se expressa na intenção de promover e consolidar o sistema constitucional. Contudo é difícil separá-la da dimensão cultural, relacionada à apropriação, pelos políticos e letrados reunidos na Promotora, do conceito de cultura difundido pelo Iluminismo. De acordo com Cuche (2002), no contexto histórico do Iluminismo, o termo cultura progressivamente passou a designar a formação e a educação, um estado de espírito cultivado pela instrução. Os pensadores do Iluminismo concebiam a cultura como um caráter distintivo da espécie humana.

A cultura, para eles, é a soma de saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade ao longo da história [...] Cultura se inscreve então plenamente na ideologia do Iluminismo: a palavra é associada às ideias de progresso, evolução, de educação, de razão que estão no centro do pensamento da época (CUCHE, 2002, p. 21).

Diante disso, parece-nos que na criação da Biblioteca Pública de Ouro Preto, em 1831, e do Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública, em 1832, estão imbricadas nas dimensões política e cultural do projeto educativo da Promotora. Os contornos desse projeto tornam-se mais nítidos quando a Promotora se compromete a “imprimir a Constituição do Imperio, e os Actos Legislativos mais importantes a Província, para os fazer distribuir gratuitamente pela mocidade pobre, que frequentar as Escollas de primeiras Letras, e de 4 Gramatica Latina” (art. 28) e cria e sustenta, às próprias expensas, aulas públicas de Geografia, História e Francês, ministradas na Biblioteca Pública de Ouro Preto.

Portanto, o associativismo mineiro tem um matiz próprio, visto que seus programas de ação, ou projetos, orientam-se tanto pelo princípio da caridade, um valor próprio da religião, como pelo da filantropia, forjada no âmbito do fenômeno de Difusão das Luzes. Assim, as associações mineiras comportaram, em uma aparente contradição, a dimensão política, a caritativa e a filantrópica, unindo elementos e valores laicos e religiosos. A dimensão filantrópica se desdobra em outras duas: a beneficente e a pedagógica. Com relação à pedagógica, é preciso salientar que esta tem nas instituições escolares, por excelência, seu espaço de realização. Ou seja, realiza-se por meio do ensino e da aprendizagem no âmbito escolar.

A constatação desse caráter multidimensional das sociedades mineiras corrobora uma assertiva de Rioux (2003, p. 115), segundo a qual, a associação é uma estrutura polivalente que se ajusta plenamente aos imperativos do seu tempo na ambivalência e na flexibilidade. O historiador prossegue afirmando que o fenômeno de sociabilidade é particularmente esclarecedor para a

história política: nele se vê como um modelo de vida coletiva conflui com a política sem, no entanto, reduzir-se a ela.

Considerações finais

No processo de constituição e consolidação do Estado imperial, o período regencial tem uma importância central. Tal período pode ser visto como um campo de experimentações de formulações e práticas políticas e sociais, inédito na história do Brasil. Na intrincada luta entre os três projetos políticos de Estado postos em ação (liberal exaltado, liberal moderado e conservador) os políticos e letrados mineiros colocaram em discussão e trouxeram à tona temas como: o liberalismo em suas várias vertentes, a monarquia constitucional, o absolutismo, o republicanismo, o federalismo, a democracia, as diferentes formas de organização de Estado (centralização; descentralização; posições intermediárias), a religião, a instrução pública, a caridade, a filantropia, entre outros.

Em meio a um quadro de tensões políticas, econômicas e sociais que vinham se configurando desde que Dom Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte, em 1823, essa elite dirigente que assumiu o poder após a retirada do primeiro imperador, experimentou o medo da desordem e o risco da subversão da ordem social estabelecida. Para fazer frente a essas ameaças, os liberais moderados tomaram posição no plano da ação política. De forma capilar ou ampla, exercendo a docência ou ocupando cargo no Legislativo e no Executivo, municipal, provincial ou imperial, os sujeitos envolvidos com o movimento associativo mineiro buscaram responder, por meio da produção de discursos e ações, a questões concretas com as quais se defrontavam.

O movimento associativo mineiro das Regências é multifacetado e, no âmbito das motivações políticas e filantrópicas, encontram-se justapostas funções culturais, pedagógicas e beneficentes. As novas formas de sociabilidades entraram na cena pública e cooptaram sujeitos comprometidos com as sociabilidades tradicionais, que, embora com menos vigor do que no período colonial, continuaram a existir. Diante do exposto, o traço distintivo do movimento associativo mineiro, entre outros aspectos, é o fato de amalgamar valores religiosos e seculares, produzindo um hibridismo na tessitura do espaço público em Minas Gerais.

Referências Bibliográficas:

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Projetos políticos e nações imaginadas na imprensa da Corte (1831-1837). In: Eliana Regina de Freitas Dutra e Jean-Yves Mollier. (Org.). **Política, nação e edição**: o lugar dos impressos na construção da vida política. São Paulo: Annablume, 2006b, p. 595-620.

BOSCHI, Caio Cesar. Irmandades, religiosidade, sociabilidades. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (Org.). **História de Minas Gerais**: as minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007. v. 2, p. 59-75.

CAMPOS, Maria Augusta de Amaral Campos. **A marcha da civilização**: as vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes (1810/1844). 1998. 230f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 1998

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

FALCON, Francisco Jose Calazans. **Iluminismo**. São Paulo: Ática, 1986.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Em nome da ordem e da moderação**: a trajetória da sociedade defensora da liberdade e da independência nacional no Rio de Janeiro (1831-1835). 1990. 278 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), Rio de Janeiro, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005. 397p.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842). São Paulo: Símbolo, 1979.

LIMA, José Inácio de Abreu e. **O Compêndio de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1882.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed.FGV, 2003. p. 99-139.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed.FGV, 2003, p. 234-241.

VALADÃO, Alfredo. **Campanha da Princesa**: vida cultural (parte I). Revista Tribunais. São Paulo, v. III, 1942, 288p.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia das sociedades complexas. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

WERNET, Augustín. **Sociedades políticas** (1831-1832). São Paulo: Cultrix, 1978.

Fontes:

JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Ouro Preto/Mariana. 1830-18324. Fundação Biblioteca Nacional.

MINAS GERAIS. Instrução Pública. *Correspondências recebidas pela presidência da Província* (1823-1852) SP PP 1/42, caixas 1-14. APM

MINAS GERAIS. Sociedades Políticas, Literárias e Musicais. *Correspondências recebidas pela presidência da Província* (1823-1852) SP PP 1/7, caixas 1-2. APM.

O UNIVERSAL. Ouro Preto. 1825-1842. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais>. Acesso: 4 mar. 2009.